

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

Ata N.º 1/2021

Pelas 15 horas do dia 24 de fevereiro de 2021, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Gavião. Considerando a situação epidemiológica motivada pelo vírus SARS-COV-2, a sessão foi realizada por videoconferência, através da plataforma Zoom, tendo previamente sido disponibilizado o link a todos os deputados municipais. O referido link foi também divulgado em todas as redes sociais, possibilitando a participação dos cidadãos que o desejassem fazer. A Mesa da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Câmara reuniram presencialmente no salão nobre dos paços do concelho. A sessão contou com as seguintes presenças: Paulo Manuel Alfaiate Pires, Isabel Maria Dias Martins, Maria Hermínia da Conceição Louro, António José Teixeira Gueifão Estevinha, Júlio Manuel Espadinha Churro Catarino, Mónica Mota Marques, Daniel Manuel de Oliveira Tomás, Ana Paula Almeida Guerreiro Pio, Ana Rita Delgado Valério, Sílvia Tibúrcio da Palma, Abílio Flores Mendes, Paulo Jorge Serra dos Santos, Paulo José E. Vitoriano de Matos, Anselmo António Serra dos Santos Fura, José Maria Lino Neto Pereira de Lima, Martina Pires Marcelino de Jesus, Carlos Manuel de Matos Alexandre, Germano Manuel Baptista Porfírio e José Manuel Praia Neves. -----

Compareceu o senhor presidente da câmara, José Fernando da Silva Pio e assistiram, por videoconferência, o senhor vice-presidente, António Severino e a senhora vereadora Graciosa Chambel. -----

Esteve também presente a senhora Chefe da Divisão Financeira, para apoio à apresentação dos documentos relativos àquele serviço. -----

O senhor presidente da mesa da assembleia cumprimentou todos os participantes e deu início à sessão. -----

Antes de iniciar a ordem de trabalhos, e nos termos do artigo 50.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o senhor presidente da assembleia propôs a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos: -----

PONTO QUINZE = nomeação do Fiscal Único da empresa “Águas do Alto Alentejo, EIM”; -----

O anterior ponto quinze - diversos, passaria a ser o ponto dezasseis. -----
A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração proposta. -----
Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os pontos **sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze e quinze** da ordem de trabalhos. -----
De seguida, o senhor presidente da assembleia manifestou o seu pesar pelo falecimento do trabalhador municipal, Avelino Gil e em sua homenagem, extensível a todos as pessoas do concelho falecidas, vítimas de COVID-19, propôs a realização de um minuto de silêncio. A proposta mereceu a aprovação de todos os deputados municipais. -----
Terminada a homenagem, o senhor presidente da assembleia passou a palavra ao senhor presidente da câmara que interveio, cumprimentando todos os participantes e expressando o seu agradecimento a todos os que lhe manifestaram desejos de melhoras, durante os vinte dias em que permaneceu em isolamento devido à infeção com COVID-19. -----
O senhor presidente da assembleia congratulou-se com o facto de o senhor presidente da câmara e alguns deputados municipais terem estado infetados com o COVID-19 e já se encontrarem restabelecidos, tendo já retomado a sua vida normal. -----
De seguida, o senhor presidente da assembleia apresentou uma breve súmula dos assuntos que constavam nas atas do executivo municipal dos meses de novembro, dezembro de 2020, janeiro e fevereiro de 2021. -----
Sublinhou que a ata da reunião realizada em 17 de novembro contém a aprovação dos documentos previsionais e as intervenções acerca do assunto, que já tinha sido apreciado na anterior sessão. -----
Na ata da reunião realizada em 2 de dezembro não destacou qualquer assunto. Na ata da reunião realizada em 16 de dezembro evidenciou a nomeação do Eng.º Bruno Marques como Coordenador Municipal de Proteção Civil. Considerou que se trata da pessoa certa para desempenhar as funções em causa e endereçou votos de muito sucesso na qualidade de representante da Assembleia Municipal de Gavião, salientando que já o tinha feito a título pessoal. -----
Nas atas das reuniões realizadas em 30 de dezembro de 2020, 6 e 20 de janeiro de 2021 não destacou qualquer assunto. -----

Na ata da reunião realizada em 3 de fevereiro referiu que contém o assunto do encerramento da agência do Banco Santander de Gavião, mas salientou que o mesmo será apreciado em ponto próprio. Afirmou que na mesma ata constam diversas referências a obras municipais, que também já aqui foram várias vezes referidas. Salientou que se continuam a vender lotes no Loteamento Urbano do Calvário, o que constitui um importante indicador do movimento de fixação de pessoas jovens no concelho. Destacou também a aprovação do Regulamento Municipal de Apoio ao Comércio. Considerou importante que sejam incrementadas estratégias que apoiem o comércio e proporcionem a reposição de algumas perdas, verificadas nos últimos anos. -----

De seguida, questionou se algum deputado municipal pretendia intervir. -----

O senhor deputado António Estevinha interveio, cumprimentando todos os participantes. Parabenzou a deputada Martina de Jesus pela sua nomeação como deputada à Assembleia da República. Afirmou ser um orgulho assistir ao seu percurso de sucesso. Salientou que ela foi a primeira mulher do concelho de Gavião eleita como deputada. Felicitou também o Eng.º Bruno Marques pela sua nomeação como Coordenador Municipal de Proteção Civil. Destacou as suas capacidades, experiência e conhecimento do território e das suas gentes. Evidenciou a publicação do ranking das PME Líder, naquela semana. Esclareceu que se trata de uma distinção criada pelo IAPMEI, que visa distinguir as PME nacionais, com desempenhos superiores. Informou que foram reconhecidas quatro empresas do concelho: Arménios – Exploração Florestal, Lda; Chambel – Móveis e Eletrodomésticos, Lda; O Poupadinho – Comércio de Produtos Alimentares, Lda; URBIGAV- Construções e Engenharia, S.A. Felicitou os empresários e colaboradores das empresas que se destacaram no ranking e deixou uma palavra de estímulo a todos os empresários do concelho, que passam por momentos difíceis face às limitações impostas pela pandemia. Informou ainda que teria início no próximo mês de abril o período para apresentar a declaração de IRS e pediu à câmara municipal que proceda à divulgação das entidades que poderão beneficiar da consignação dos 5% do IRS. Evidenciou que se trata de um gesto solidário, que não corresponde a qualquer despesa para os contribuintes. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio, cumprimentou todos os participantes e formulou também votos de muito sucesso ao Eng.º Bruno Marques. Salientou que não esteve presente na sessão anterior e não teve oportunidade de felicitar



a senhora presidente da Junta de Freguesia de Belver, Martina de Jesus, pela sua nomeação como membro da assembleia da república, que ocorreu em novembro de 2020. Endereçou votos de um bom mandato e que possa ajudar o distrito de Portalegre, onde se inclui o concelho de Gavião. -----

O senhor presidente da Junta de Freguesia de Gavião, Germano Porfírio, interveio também para saudar a nomeação do Eng. Bruno Marques, como Coordenador Municipal de Proteção Civil. Endereçou votos de bom desempenho e afirmou não ter dúvidas que se trata de uma mais-valia pela sua competência e por se tratar de um "homem da casa". Saliu que o concelho tem muito a ganhar com a nomeação. -----

Não havendo mais questões, o senhor presidente da mesa deu início à ordem de trabalhos. -----

PONTO UM = Apreciação e eventual aprovação da ata da sessão anterior;

O senhor presidente da assembleia colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. Colocada a votação foi aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados municipais: António José Estevinha, Paulo José E. V. de Matos e Abílio Flores Mendes, por não terem estado presentes na sessão. -----

PONTO DOIS = Informação sobre a atividade do município e a situação financeira do mesmo - alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

A senhora segunda-secretária leu o relatório de atividades, entregue pelo senhor presidente da câmara. -----

De seguida, o senhor presidente da câmara apresentou o resumo diário de tesouraria relativo ao dia 24 de fevereiro de 2021, que apresentava um saldo de 1.471.303,09€ (Operações Orçamentais – 1.299.848,66€ e Operações de Tesouraria – 171.454,43€). -----

Saliu que apesar do grande volume de obras que decorriam, com autos pagos, a situação financeira permitia encarar o futuro com tranquilidade. -----

De seguida, o senhor presidente da assembleia municipal deu aos deputados a possibilidade de intervirem. -----

O senhor deputado Paulo Matos, interveio a propósito do relatório lido pela senhora segunda secretária, salientando que já anteriormente tinha referido que a APP utilizada não estava a funcionar bem. Perguntou o que aconteceu com essa APP e qual o custo da nova APP. -----

O senhor presidente da Junta de Freguesia de Comenda, Carlos Alexandre, cumprimentou todos os participantes e felicitou o Eng.º Bruno Marques pela nomeação já referida. Sublinhou que as suas intervenções nas sessões anteriores tiveram um espírito crítico, embora construtivo, pela falta de investimento na sua freguesia, mas nesta sessão felicitou a câmara municipal pelos investimentos concretizados, nomeadamente, a construção da piscina para adultos na Ribeira da Venda, a requalificação da Alameda das Tílias, a intervenção no cemitério ou a colocação do toldo na escola. Salientou que são intervenções muito importantes para a população que representa. -----

A senhora presidente da Junta de Freguesia de Belver, Martina de Jesus, interveio para cumprimentar todos os participantes e agradecer o reconhecimento dos senhores deputados António Estevinha e Paulo Matos. Manifestou a sua disponibilidade para prestar o apoio possível, colaborando no desenvolvimento do concelho e do distrito. Congratulou o Eng.º Bruno Marques e afirmou tratar-se da pessoa certa no lugar certo. Evidenciou que a proteção civil municipal ficará bem entregue, controlada de forma eficaz e competente. Elogiou e agradeceu a disponibilização de *wi-fi* na vila de Belver, cuja disponibilização tinha sofrido algum atraso. Lamentou que, de momento, não houvesse turistas para beneficiar do mesmo. Mas afirmou esperar que brevemente a situação se inverta e voltemos a receber visitantes no nosso concelho. Questionou o ponto de situação das obras no Lagar da Fraga e da Azenha. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu as questões colocadas e deu a palavra ao senhor presidente da câmara para prestar os correspondentes esclarecimentos. -----

Começou por responder às questões colocadas pela senhora presidente da Junta de Freguesia de Belver, Martina de Jesus, informando que decorria procedimento de consulta prévia para adjudicação da obra do Lagar da Fraga. Considerou ser difícil encontrar empreiteiros disponíveis para o fazer, uma vez que é exigida a apresentação de alvará e muitos construtores não têm. Afirmou que não será feita a musealização do espaço, para já, esperando que surja oportunidade de candidatura a financiamento da mesma. Quanto à disponibilização do *wi-fi*, salientou que o atraso não foi motivado pelo município, mas manifestou o seu agrado por a situação estar ultrapassada. -----

Em resposta ao senhor deputado Paulo Matos, começou por salientar que o valor pago pela APP já tinha sido anteriormente informado num relatório, mas afirmou ter a ideia de um custo de cerca de três mil euros. Ao início funcionou bem, mas começou logo a dar problemas. E desde então que o município tem sentido a necessidade de ultrapassar essa dificuldade. Quanto ao valor da nova APP afirmou não ter a certeza, mas assegurou que informaria posteriormente o valor. Afirmou esperar que a APP dê resposta às necessidades dos utilizadores. -----

PONTO TRÊS = COVID 19 (ponto de situação no concelho de Gavião); -----

O senhor presidente da assembleia deu a palavra ao senhor presidente da câmara, que de imediato a passou ao senhor Coordenador Municipal de Proteção Civil (COM), Eng.º Bruno Marques, para apresentação do ponto de situação. O senhor COM começou por cumprimentar todos os participantes e agradecer as palavras de felicitação pela sua nomeação. Assegurou que dará o seu melhor empenhamento, mas recordou que "proteção civil somos todos nós". Afirmou esperar poder contar com o contributo de todos. De seguida, fez o enquadramento legal do dever de informação, de todas as entidades, aos serviços de proteção civil municipais, nesse âmbito (Decreto-Lei n.º 44/2019 de 1 de abril). Prestou informação sobre a evolução do número de casos ativos de COVID-19 e também o número de casos recuperados, desde o início do surto na Santa Casa da Misericórdia de Gavião. Informou o ponto de situação à data da realização da presente sessão, que era de 192 casos confirmados, 17 casos ativos, 168 recuperados e 7 óbitos. Afirmou esperar que na próxima atualização da taxa de incidência, o município baixe de nível. Salientou que o município partilha o número de casos divulgado pela ULSNA e esclareceu que o desfasamento face aos dados conhecidos pela população se deve à realização de testes em laboratórios privados, ou nos hospitais. Evidenciou a importância da testagem preventiva e informou que já foram realizadas duas ações de testagem aos trabalhadores municipais. São também realizadas testagens nas ERPI's do concelho, agrupamento de escolas e bombeiros voluntários, sempre que necessário. Comunicou ainda que foram testados todos os membros das mesas de voto das eleições para a Presidência da República. Deu conhecimento do apoio prestado pelos serviços municipais, aos munícipes que se encontram infetados ou em isolamento, através de contacto telefónico, apoio psicológico e logístico (entrega de alimentos e medicação).



Afirmou que, diariamente, remete por email ao posto da GNR de Gavião, a listagem atualizada para fiscalização do cumprimento do dever de isolamento. Informou que o Centro Municipal de Vacinação iniciou a sua atividade no dia 23 de fevereiro, vacinado os cidadãos maiores de 80 anos ou maiores de 50 com doenças associadas. No primeiro dia foram vacinadas 72 pessoas, no segundo foram vacinadas 70 pessoas, no terceiro seriam vacinadas 60 pessoas e no quarto dia seriam vacinadas 100 pessoas. Prestou ainda informação sobre a vacinação nas ERPI's: Lar da Comenda tinham sido vacinados todos os utentes (40) com a 1ª e a 2ª dose; todos os funcionários (38) com a 1ª e a 2ª dose; nos Lares de Gavião já tinham sido vacinados 69 Utentes com a 1ª e a 2ª dose; 51 utentes precisam da 2ª dose (2 março); 4 utentes sem qualquer dose (1º dose a 2 março); 66 funcionários com a 1º e a 2ª dose; 29 funcionários precisam da 2ª dose (2 março) e 14 funcionários sem qualquer dose (1º dose a 2 março). Também já tinham sido vacinados 31 bombeiros com a 1.ª dose da vacina da *Astrazeneca* e estava prevista a 2.ª dose para o dia 7 de maio. No Centro de Saúde de Gavião tinham sido vacinados 14 funcionários com a 1ª e a 2ª dose (médicos, enfermeiros, auxiliares). No posto da GNR tinham sido vacinados 3 elementos, com a primeira dose e os restantes seriam vacinados no dia seguinte. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu a informação prestada e pediu permissão para intervir na qualidade de diretor do Agrupamento de Escolas de Gavião. Informou que no dia seguinte seriam testados os funcionários não docentes, pela segunda vez, no âmbito do programa do governo para as escolas de acolhimento. Na primeira testagem, foram testados todos os assistentes técnicos e operacionais e nenhum testou positivo. Afirmou que se encontravam 260 alunos com aulas à distância e 19 com aulas na escola. As terapias decorriam presencialmente na escola, com o apoio do município no transporte dos alunos. Estavam a ser fornecidas cerca de 83 refeições diárias, aos alunos beneficiários da ação social escolar, que o requereram. O município disponibilizava as embalagens de takeaway e o transporte das refeições. Até aquela data, tinha havido 30 alunos infetados, 5 docentes e 1 não docente. Informou ainda que no âmbito do programa do governo «Plano da Escola digital» tinham sido entregues 21 computadores aos alunos do ensino profissional. Também, no âmbito do apoio do governo já tinham chegado ao agrupamento, 10 computadores para entregar aos alunos do 1.º Ciclo, com



escalon A. Salientou que teriam de ser definidos os critérios de atribuição, porque não chegavam para todos. Assegurou que, naquele momento, todos os alunos tinham equipamentos adequados para assistir às aulas. Referiu que alguns alunos não assistiam às aulas por motivações familiares (em muitos casos por falta de capacitação parental) e o agrupamento tinha já reportado todas as situações à CPCJ e à GNR – Escola Segura. Na sequência dessas dificuldades, alguns alunos tinham sido encaminhados para assistirem presencialmente às aulas na EB de Gavião. Manifestou o seu orgulho por o Agrupamento de Escolas de Gavião continuar a ser um exemplo na acessibilidade às aulas à distância, garantia de terapias e refeições aos alunos que delas necessitam, contando sempre com o apoio do Município de Gavião. - O senhor deputado António Estevinha manifestou o seu pesar a todas as famílias do concelho, que perderam os seus entes queridos neste tempo de pandemia. Salientou que para além da dor da perda, é avassaladora também a impossibilidade de se despedirem condignamente dos seus familiares. Evidenciou que vivemos tempos difíceis, cinzentos que nunca pensamos viver. Frisou que o concelho de Gavião passou por tempos difíceis, surtos em lares, disseminação do vírus na comunidade, verificando-se agora alguma acalmia. Referiu que a vacinação teve início, embora não na quantidade de doses que todos gostaríamos, mas afirmou esperar que no final do verão, tal como prometido pelo governo, se possa retomar a normalidade que todos conhecíamos. Lamentou as situações de fraude verificadas no processo de vacinação, a nível nacional, que repudiou. Salientou que era tempo de união e que governar ou decidir é, mais do que nunca, uma tarefa difícil. Referiu que algumas pessoas que criticaram o desconfinamento no período do Natal foram as mesmas que o defenderam antes do seu início. Sublinhou a importância de se ouvirem epidemiologistas e outros especialistas, relativizando as redes sociais e opiniões extremistas. Referiu Humberto Eco que disse que “*as redes sociais dão o direito à palavra a uma legião de imbecis*”. Terminou a sua intervenção, agradecendo a todas as pessoas e entidades que têm estado na linha da frente no combate à pandemia e reforçando a mensagem de responsabilidade individual que todos temos de continuar a manter. -----

O senhor deputado Paulo Matos começou por evidenciar que a COVID-19 é um tema cada vez mais complexo, central na nossa vida, pelo que há muito que deixou de ser uma pandemia distante lá na China, e que dificilmente



chegaria a Portugal. Num primeiro apontamento, em seu nome e, afirmou acreditar, que em nome de todos os membros desta assembleia, dar as devidas condolências às famílias enlutadas por conta da COVID19. Salientou ser do conhecimento do presidente desta assembleia que os membros eleitos pela coligação "Gavião para todos" (PSD-CDS) realizaram um conjunto de questionários dirigidos à Santa Casa de Misericórdia de Gavião (SCMG), às IPSS de Belver e Margem, ao Agrupamento de Escolas de Gavião e à Associação Humanitária dos Bombeiros de Gavião. Destas entidades consultadas, apenas os bombeiros não responderam ao questionário, situação que os deixou desconfortáveis, pois a função de membro de assembleia municipal merece o seu respeito, dado que numa primeira análise todos nós estamos nesta assembleia voluntariamente, e despendemos tempo das nossas vidas a tratar assuntos em prol do cidadão comum. Salientou, tal como já tinha feito noutra sessão, o papel do Município de Gavião, que tem sido maioritariamente exemplar nas decisões que tem tomado. Destacou uma decisão em concreto, que na sua opinião foi muito importante, para de um dia para o outro não acordarmos com uma instituição cheia de utentes infetados. Referiu que o rastreio com testes rápidos à entrada do serviço dos funcionários foi, algo exemplar, e que colocou Gavião num exemplo nacional, tendo sido a parceria entre o município e a Santa Casa da Misericórdia de Gavião, dos primeiros sítios a adotar este sistema. Mas não podem ser descuradas outras situações que sejam relevantes e que possam ainda não estar pensadas, pelo que o seu alerta aos membros desta assembleia é essencial. Assim, e em primeiro lugar abordou as instituições que têm a cargo a comunidade sénior. As respostas que obtiveram levaram a duas reflexões em patamares diferentes. Se em Margem e na Santa Casa da Misericórdia de Gavião, na sua delegação da Comenda, estavam a atravessar a pandemia com relativa calma e tranquilidade, em Belver e na Santa Casa da Misericórdia de Gavião, no Lar de Gavião, assistiam-se a situações dramáticas e que infelizmente já tinham levado a situações de óbitos. O apoio financeiro que a Câmara Municipal de Gavião deu, e o apoio logístico, em transportes ou equipamentos de proteção individual foi fundamental, mas pelo referido questionário, nomeadamente na questão financeira, afirmou pensar que pode ter sido bastante aquém do gasto extraordinário das instituições com a Covid19 em 2020, pelo que findo este primeiro trimestre de 2021, um novo apoio financeiro extraordinário, deveria ser

já remetido, para auxiliar a tesouraria destas instituições. Referiu que, aparentemente as coisas efetivamente estavam a correr melhor, pois o programa de vacinação estava muito bem encaminhado para que logo na primeira semana de março a grande maioria dos utentes e colaboradores estejam totalmente vacinados. Porém, saltaram há vista dois problemas. Os utentes em valência de centro dia, não estavam a ser contemplados, facto que tinha de ser colmatado de forma rápida, pois não bastava estarem em situações de quase solidão em casa, era preciso que retomassem a sua rotina de frequentar os lares, sem que com isso acrescentassem um risco aos utentes que lá estão de forma permanente. Afirmou saber de colaboradores que se recusaram a levar a vacina. Desconhecendo os detalhes que levaram a essa situação, lembrou que há uma responsabilidade moral para a toma da vacinação. Questionou, caso essas pessoas que se recusaram a levar a vacinação, algum dia se encontrem infetadas pela COVID19, e trabalhando em locais onde há pessoas com alto risco, independentemente de estarem vacinadas, provoquem um surto, como se lidará com o tema. Por último, em relação aos questionários feitos, e no do caso da escola, e independentemente de o presidente desta assembleia municipal ser simultaneamente o diretor escolar, fizeram questão de formalizar o mesmo tipo de questionário, com as devidas adaptações. Mais uma vez, dividiram a análise em dois tópicos. Em relação à questão humana, o mito que a comunidade escolar não tinha casos de infeção era isso mesmo, um mito. Em Gavião houve 30 alunos infetados e 6 colaboradores. Parecia evidente que sendo as escolas um serviço essencial à nossa sociedade, teria de haver um conjunto de colaboradores que tinham de ser incluídos na segunda fase de vacinação do programa nacional. Na assembleia municipal, teríamos de fazer força para que tal acontecesse. Como critério, poderia ser sugerido, que fossem incluídos na vacinação os colaboradores que prestavam serviço essencial na modalidade de “escola de acolhimento”, enquanto os restantes alunos estavam em regime de ensino à distância. Ainda no que à escola à distância dizia respeito, apesar de existirem 50 alunos em 270 alunos, que tiveram problemas com este regime todas as situações foram colmatadas. Mas na sua opinião o grande desafio será a recuperação dos alunos em disciplinas chave como português e matemática, pois o ensino e a aprendizagem à distância são bastante diferentes. Por último, face à informação que a escola prestou, provavelmente deveria também ser

remetido um apoio financeiro extraordinário no final do primeiro trimestre de 2021. Deixou uma palavra de apoio a todos os trabalhadores que estavam em layoff ou que entraram em situação de desemprego. Reforçou a obrigação de ser preparado um plano de recuperação económica, onde todos fossem englobados, sem ficar ninguém para trás. Em relação à vacinação, manifestou o seu agrado por o programa já estar a decorrer tendo sido iniciado no dia anterior, tal como o Eng.º Bruno Marques aqui tinha indicado. Por último, e como medida mais genérica do combate à pandemia, defendeu que se poderia implementar um posto de despistagem Covid-19 aberto a todos os cidadãos, que de forma voluntária se quisessem testar, em linha, com o que se faz noutros municípios. Seria mais uma ajuda ao corte de cadeias de transmissão. O senhor presidente da Junta de Freguesia de Comenda, Carlos Alexandre, expressou o seu agradecimento ao Centro de Saúde de Gavião, destacando o seu diretor, Dr. Cabaço, e a enfermeira-chefe, Ana Luísa Carias, pela colaboração com a sua junta de freguesia, efetuando testes de despiste. Manifestou também o seu agradecimento ao Município de Gavião, por todo o apoio que tem dado, neste combate à pandemia, sempre em prol do bem-estar da população. -----

O senhor presidente da câmara tomou a palavra para lembrar ao senhor deputado Paulo Matos que a pandemia não se resolve com subsídios, mas estando no terreno e dando o apoio que as instituições necessitam. Salientou que os bombeiros, com o apoio do município, adquiriram equipamentos que possibilitam a descontaminação de instalações, a pedido de entidades ou particulares. Salientou que o município tem saúde financeira, mas considerou que não é de dinheiro que as instituições precisam. Precisam de palavras de conforto, testagem de colaboradores, como tem acontecido nas IPSS, bombeiros, escola e no município. A autoridade de saúde tem a competência para efetuar a testagem, mas para facilitar a obtenção de resultados, o município cedeu alguns testes rápidos ao Centro de Saúde de Gavião. Agradeceu à direção e à equipa de enfermagem por estarem sempre disponíveis para fazer a testagem. Quanto à sugestão para um centro de testagem, afirmou que a mesma não deveria avançar porque o governo iria implementar medias nessa área. Referiu ainda que, por ter estado infetado, tem conhecimento de causa para não desejar a ninguém que passe por essa situação, mas assegurou que ficou ainda com mais força para continuar a



defender todos os cidadãos. De seguida, passou a palavra ao senhor vice-presidente, que tinha vindo a acompanhar a situação, devido ao período de isolamento a que tinha estado obrigado durante 20 dias. -----

O senhor vice-presidente cumprimentou todos os participantes. Referiu que não tinha muito a acrescentar. Mas em resposta ao senhor deputado Paulo Matos, salientou que o município vinha trabalhando arduamente em colaboração com todas as instituições do concelho, mantendo um acompanhamento especial às ERPI's. Assegurou que o município iria continuar resiliente, ao serviço de todos e preparado para um futuro incerto. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu as intervenções construtivas, em defesa do interesse comum e de todos os munícipes. -----

PONTO QUATRO = declarações de compromissos plurianuais existentes à data de 31 de dezembro de 2020, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; -----

O senhor presidente da assembleia municipal informou que o senhor deputado Paulo Matos solicitou informação adicional, aos serviços municipais, tendo a referida documentação sido remetida a todos os membros. -----

O senhor deputado Paulo Matos salientou que a primeira documentação enviada era insuficiente. Em relação à informação adicional remetida, apenas naquele dia teve a oportunidade de a consultar. Questionou o montante de 6 milhões que transitaram para 2021 e 3 milhões que transitaram para 2022. Afirmou pensar serem valores relativos às grandes obras, que estão a deslizar no tempo, mas considerou que o assunto deveria ser esclarecido. -----

O senhor presidente da câmara afirmou que a questão do senhor deputado Paulo Matos era pertinente. Salientou que o documento enviado na primeira remessa era igual ao que é enviado todos os anos. Esclareceu que os compromissos que transitaram não são apenas de obras. São vencimentos, combustíveis e outros materiais. Mas obviamente que as obras têm um grande peso e algumas sofreram algum atraso que, afeta o cronograma financeiro. Esclareceu que todos os autos de medição entregues foram pagos. Os atrasos nas obras foram motivados pela pandemia. Por exemplo a obra da piscina deveria estar finalizada em fevereiro de 2021, mas estava muito longe de estar finalizada. A pandemia tem sido a principal causa dos atrasos na entrega de materiais, doenças dos trabalhadores ou dos seus familiares. Assegurou que o



executivo não tem como preocupação a conclusão de obras para as eleições. Sendo importante que se cumpram os prazos, salientou que considera mais importante que as obras, embora com atraso, se concluam com qualidade, cumpram o objetivo a que se destinam e mereçam a aprovação dos munícipes. O senhor deputado Paulo Matos replicou, evidenciando que não falou em eleições. Frisou que foi eleito para o mandato que termina no presente ano e os restantes deputados também o foram. Sublinhou que apenas manifestou preocupação com o documento apresentado. Referiu que foi o senhor presidente da câmara que falou em eleições. -----

O senhor presidente da câmara reconheceu ter sido ele a falar nas eleições. Evidenciou, mais uma vez, que essa não é uma preocupação sua, mas procura focar-se em aproveitar todas as oportunidades de candidatura. Frisou que também não iria pagar mais para acelerar qualquer obra. Salientou ainda que respeita todos os deputados eleitos e tem consideração pela análise feita pelo deputado Paulo Matos a todos os documentos. -----

Nos termos da citada legislação, a assembleia municipal tomou conhecimento dos compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro de 2020, registados na base de dados de controlo de execução orçamental do Município de Gavião; -----

PONTO CINCO = declarações de pagamentos e recebimentos em atraso, existentes em 31 de dezembro de 2020, nos termos da alínea b) do do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; -----

Nos termos da referida legislação, a assembleia municipal tomou conhecimento dos seguintes documentos: -----

- Declaração de pagamentos em atraso, do Município de Gavião à data de 31 de dezembro (não tinha pagamentos em atraso); -----
- Declaração de recebimentos em atraso da Divisão Financeira) do Município de Gavião, à data de 31 de dezembro; -----
- Declaração de recebimentos em atraso da Divisão de Obras e Serviços Urbanos do Município de Gavião, à data de 31 de dezembro; -----

PONTO SEIS = listagem dos compromissos assumidos em 2020 que transitaram para 2021, nos termos da autorização prévia genérica favorável da assembleia municipal; -----



A assembleia municipal tomou conhecimento da listagem dos compromissos assumidos em 2020 que transitaram para 2021, nos termos da autorização prévia genérica favorável da assembleia municipal. -----

PONTO SETE = apreciação e eventual autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

- **Aquisição de serviço de telecomunicações para o Agrupamento de Escolas de Gavião**, por ajuste direto a “MEO – Serviços de Comunicação e Multimédia, S.A.”. Despesa prevista para 2021- 3.260,34€ (IVA incluído) e para 2022 - 3.260,34€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Receção de resíduos sólidos urbanos e taxa de gestão de resíduos**. Contratação excluída a contratar a “VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Norte Alentejano, S.A.” Despesa prevista para 2021- 130.454,20€ (IVA incluído), 2022- 161.687,10€ (IVA incluído) e 2023- 161.687,10€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Contrato de Emprego Apoiado em Mercado Aberto – IEFP**, para um lugar. Despesa prevista (remuneração, subsídio de natal, subsídio de férias, subsídio de refeição, segurança social, seguro) para 2021- 13.401,52€, 2022- 14.268,16€ e 2023- 2.467,57. Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Paulo Matos solicitou informação sobre o compromisso. ----
O senhor presidente da câmara esclareceu que se trata de um programa apoiado pelo IEFP, que permite a colocação de pessoas com algum tipo de incapacidade, por um período de 3 anos, com a possibilidade de renovação, por igual período. -----

- **Elaboração do Projeto de Execução da Ampliação da Escola Básica e Secundária de Gavião**. Despesa prevista para 2021 – 15.411,90€ (IVA incluído), 2022 – 24.218,70€ (IVA incluído), e para 2023 – 4.403,40€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Paulo Matos solicitou ao senhor presidente da câmara que contextualizasse o assunto. -----

O senhor presidente da câmara sublinhou que a direção do agrupamento de escolas, há alguns anos que vem alertando para a falta de salas de aula, tendo a pandemia acentuado alguns problemas. A necessidade de manter o distanciamento tornou mais premente a necessidade de um espaço de convívio para os alunos. Frisou que este projeto será necessário para qualquer



candidatura a fundos comunitários que venha a ser submetida. Recordou que no passado dia 23 de novembro, por ocasião das comemorações do Feriado Municipal, teve a oportunidade de manifestar essa vontade ao atual presidente da CCDR, tal como tinha já abordado o assunto com o seu antecessor. Afirmou ter alguma esperança com a possibilidade de aproveitar o “overbooking” do atual quadro comunitário, ou seja, verbas sobrantes de quem não conseguiu realizar obra. Se tal não acontecer, esta candidatura poderá ter que aguardar pelo quadro comunitário 2020-2030. -----

A assembleia municipal apreciou ainda a autorização prévia da **recalendarização** dos seguintes compromissos plurianuais: -----

- **Recolha e tratamento de efluentes**, contratado a “Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (contrato n.º 366/2018 e compromisso n.º 12395). Valor comprometido para 2021- 49.611,02€. Valor a descomprometer- 25.600,00€; ---

- **TRH – Água**, contratado a “Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (contrato n.º 371/2018 e compromisso n.º 12398). Valor comprometido para 2021- 1.744,13€. Valor a descomprometer- 300,00€; -----

- **Água potável**, contratado a “Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (contrato n.º 370/2018 e compromisso n.º 12397). Valor comprometido para 2021- 33.095,75€. Valor a descomprometer- 8.800,00€; -----

- **Aquisição de gás propano a granel para a Escola Básica de Gavião**, contratada por ajuste direto ao abrigo do Acordo Quadro (AQ078SCICC2020) a “Petróleos de Portugal, S.A.” Valor para 2021: -4.920,00€ (IVA incluído), 2022: - 2.050,41€ (IVA incluído), 2023: +9.225,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Empreitada de requalificação do edifício sito no N.º 34 da Rua Dr. Dias Calazans, incluindo arranjo paisagístico da envolvente**, adjudicada à empresa “4MB – Construções Lda” (contrato n.º 38/2020 e compromisso n.º 13778). Valor para 2021: -408.265,08€ (IVA incluído), 2022: +408.265,08€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Paulo Matos solicitou informação adicional sobre a recalendarização em apreço. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que, tal como afirmou anteriormente, algumas obras sofreram atraso. Esta é uma delas e os atrasos originam a necessidade de recalendarização financeira. Os valores terão tradução apenas em 2022. -----



- **Empreitada de reordenamento de trânsito na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas, para a mobilidade urbana sustentável**, adjudicada à empresa "URBIGAV- Construções e Engenharia, S.A." (contrato n.º 142/2020 e compromisso n.º 14053). Valor para 2021: -364.965,01€ (IVA incluído) e para 2022: +364.965,01€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Empreitada de reabilitação do edifício do antigo Seminário de Gavião**, adjudicada à empresa "4MB – Construções Lda" (contrato n.º 144/2020 e compromisso n.º 14066). Valor para 2021: -19.867,45€ (IVA incluído) e para 2022: +19.867,45€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

PONTO OITO = apreciação e eventual aprovação da proposta de atualização das taxas, através do valor da inflação, nos termos do disposto no n.º 1 do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais do Município de Gavião; -----

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais do Município de Gavião compete à assembleia municipal autorizar a câmara municipal a atualizar as taxas através do valor da inflação. Foi presente a proposta que, depois de lida e analisada, foi colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

PONTO NOVE = apreciação e eventual aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal; -----

O senhor presidente da câmara apresentou os fundamentos da alteração ao mapa de pessoal para 2021. Depois de apreciado, foi colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do senhor deputado Paulo José E. Vitoriano de Matos. -----

O senhor presidente da câmara pediu a palavra para, a bem da transparência, informar que, no momento, a divisão de obras do Município de Gavião não tinha arquiteto, devido à mobilidade da arquiteta para outro município. Salientou que durante seis meses, o lugar deixado vago não poderia ser preenchido. Só depois da mobilidade da técnica estar consolidada, tal poderia acontecer. Referiu os inúmeros constrangimentos que se verificavam nos serviços municipais devido à falta de arquiteto, com a paragem de diversos processos de obras, tal como o processo do PDM por exemplo. Frisou a necessidade de contratar dois técnicos superiores de arquitetura, recorrendo à bolsa de recrutamento. Referiu ainda que não haverá qualquer acréscimo de



despesa, uma vez que o segundo técnico será pago com a verba destinada ao vencimento da arquiteta em mobilidade. -----

PONTO DEZ = apreciação e eventual aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento 2021 e GOP; -----

A assembleia municipal deliberou por unanimidade, aprovar a 1.ª revisão ao orçamento 2021, no valor de 2.000,00€ e a 1ª revisão às GOP no valor de 2.000,00 €. -----

PONTO ONZE = apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração do capital social da empresa Águas do Alto Alentejo, E.I.M., S.A;

O senhor presidente da assembleia deu a possibilidade aos deputados de solicitarem esclarecimentos. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio, salientando que com a documentação enviada tinha percebido que o Município de Gavião detinha uma percentagem de 10% de capital, cabendo-lhe um valor de 59.000,00€. Questionou se o aumento proposto tem inerente um aumento de capital. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que os valores tinham sido calculados em função da percentagem detida por cada município. Informou que, até ao momento, a constituição da empresa foi feita apenas com os equipamentos que cada município porá ao serviço da mesma (canalizações, reservatórios, etc). Mas quando a empresa entrar em funcionamento efetivo será necessário dinheiro. Salientou que o Município de Gavião integrou, de corpo e alma, esta empresa, mas afirmou ter dúvidas quanto aos benefícios que daqui advirão. Referiu temer que haja um excessivo aumento do valor a pagar pelos munícipes pelo fornecimento de água, para dar cobertura a uma empresa que terá 80 postos de trabalho. Afirmou temer que os serviços não tenham a mesma qualidade. Mas frisou que haverá benefícios, como a concretização de grandes obras, como a dos esgotos da Torre Cimeira e Torre Fundeira. Afirmou ter a esperança de vir também a concretizar a instalação de uma ETAR na Praia do Alamal. Salientou que os apoios no âmbito do POISE para as candidaturas submetidas pela empresa terão um financiamento de 100% e para os municípios apenas de 65% ou 85% na melhor das hipóteses. --
Nos termos do disposto no artigo 5.º dos estatutos da sociedade, do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e da alínea n) do número 1 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 setembro, ambas nas suas redações atuais, a assembleia municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos senhores



deputados Abílio Flores Mendes e Paulo Jorge Serra dos Santos, aprovar a alteração do capital social da empresa Águas do Alto Alentejo, E.I.M., S.A, conforme proposto. -----

PONTO DOZE = apreciação e eventual aprovação da proposta de proposta de nomeação de auditores externos – ROC; -----

A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, nomear a empresa “Fátima Pereira & Carlos Duarte, SROC” como auditor externo responsável pela certificação legal das contas do Município de Gavião; -----

PONTO TREZE = moção de protesto contra o encerramento da agência do Banco Santander de Gavião; -----

O senhor presidente da mesa da assembleia solicitou ao senhor presidente da câmara que fizesse o enquadramento do assunto. -----

O senhor presidente da câmara informou que, no período em que esteve em confinamento devido à COVID-19, a câmara municipal foi confrontada com a decisão de encerramento do balcão do Banco Santander de Gavião, através de uma reunião realizada através de zoom. De imediato houve reação, com o envio de uma carta manifestando o desagrado da autarquia por esta decisão. Informou, também, que o executivo municipal aprovou uma moção de protesto e, agora, propunha à assembleia municipal que se associasse a esta reclamação. Afirmou ter conhecimento que a agência cumpriu com todos os objetivos propostos nos últimos anos. Frisou que um dos objetivos foi o aliciamento de clientes para a utilização de *ebanking*, que obviamente, foi contraproducente, porque quanto mais se recorrer a essa ferramenta menor será a necessidade de atendimento presencial. -----

O senhor deputado António Estevinha lamentou a decisão tomada pelo banco. Salientou que a população envelhecida tem maior dificuldade em utilizar as novas tecnologias. Evidenciou que a moção poderia ser infrutífera, mas era necessário a expressão do desacordo dos órgãos autárquicos do concelho. ---

O senhor deputado Paulo Matos manifestou também o seu acordo com a moção de protesto. Questionou se estava a ser pensada alguma medida jurídica, como uma providência cautelar, por exemplo. Afirmou temer que venham a encerrar outros serviços no concelho. -----

O senhor presidente da câmara disse esperar que não haja mais encerramentos de serviços no concelho. Mas, salientou, que quando se tratam de entidades privadas não consegue garantir que assim será. Salientou ainda



que tentou não ferir suscetibilidades. Poderia ter encerrado as contas do município no Banco Santander e, por exemplo, sensibilizar os trabalhadores municipais para também o fazerem. Mas afirmou ter esperança que viesse a haver uma reversão. Informou conhecer outros municípios que passaram pela mesma situação e não houve retrocesso. -----

A propósito deste assunto referiu que o governo tem mantido a intenção de instalar no concelho uma Loja do Cidadão. Mas ele tem sido contra porque não tem dúvidas que essa instalação originará o encerramento de serviços públicos e poderá também prejudicar alguns privados. -----

Terminada a discussão, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, subscrever a moção de protesto contra o encerramento da agência do Banco Santander de Gavião, conforme proposto pelo executivo municipal. Por se tratar de documento extenso, dá-se o mesmo como aqui transcrito ficando arquivada em anexo à presente ata uma cópia do referido documento. -----

PONTO CATORZE = relatórios mensais de acompanhamento e progressão das obras municipais; -----

A assembleia municipal tomou conhecimento dos seguintes documentos: -----

- Relatórios mensais de progressão n.º 01/2020, 02/2020, 03/2020, 04/2020, 05/2020, 06/2020, 07/2020 e 08/2020 relativos à fiscalização da empreitada de "Revisão do Comportamento Térmico e Eficiência Energética do Edifício da Piscina Coberta de Gavião"; -----

- Relatórios mensais de progressão n.º 07/2020, 08/2020, 09/2020, 10/2020, 11/2020, 12/2020, 13/2020, 14/2020 e 15/2020 relativos à fiscalização da empreitada de "Construção da Incubadora de Empresas Não Tecnológicas de Gavião"; -----

- Relatórios mensais de progressão n.º 12/2020, 13/2020, 14/2020, 15/2020, 16/2020, 17/2020, 18/2020, 19/2020 e 20/2021 relativos à fiscalização da empreitada de "Promoção de Habitação Social de Qualidade (reabilitação de 7 edifícios); -----

- Relatórios mensais de progressão n.º 01/2020, 02/2020 e 03/2020 da empreitada de "Ampliação da Rede de Esgotos da Torre Cimeiras e Torre Fundeira"; -----

- Relatórios mensais de acompanhamento de obra da empreitada de "Reordenamento de Trânsito na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas



para a Mobilidade Urbana Sustentável, referentes aos meses de novembro e dezembro de 2020 e janeiro de 2021; -----

- Relatórios mensais de acompanhamento de obra da empreitada de "Requalificação do Edifício sito no n.º 34 da Rua Dr. Dias Calazans", referentes aos meses de novembro e dezembro de 2020 e janeiro de 2021; -----

PONTO QUINZE = nomeação do Fiscal Único da empresa "Águas do Alto Alentejo, EIM"; -----

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 26.º da lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a designação da empresa "Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda" como fiscal único da sociedade "Águas do Alto Alentejo, EIM". -----

PONTO DEZASSEIS = diversos. -----

O senhor presidente da mesa questionou se algum dos membros da assembleia pretendia introduzir algum assunto no ponto diversos. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio para introduzir quatro pontos, que considerou oportunos. A propósito do Rio Tejo referiu que o Arlindo Marques, é uma pessoa especial, que faz um trabalho em prol da natureza, sendo de longe o melhor vigilante do Rio Tejo. Salientou que, novamente, havia queixas com fotografias de uma suposta descarga de poluição. Questionou de que forma o município estava a monitorizar a qualidade da água do Rio Tejo, com que frequência, e se não era já hora de instalar um sistema de medição da qualidade da água em tempo real. -----

Em relação à Habitação Social, salientou que no passado mês de novembro de 2020, tinham sido entregues habitações sociais, o que devia ser motivo de orgulho. Recordou que este foi um projeto de uma década, dado que começou a ser trabalhado em 2010, e que levou à sua concordância. Quando foi "suspensão" no primeiro mandado do atual presidente de câmara em 2013, fez questão de ir atrás do tema ao longo de sete anos, para que não se perdesse. Recordou também algumas intervenções da presidente de junta de freguesia de Belver, sob o mesmo assunto para o Bairro Tropa em Belver. Houve um conjunto de pessoas que foram realojadas e bem. Mas referiu haver conjunto de habitações sociais em madeira (contendo até amianto) que não tinham ainda sido demolidas. Questionou o motivo. -----

A propósito dos CTT, recordou que no ano de 2013, com a "Troika" já em

Portugal, e cumprindo o memorando de entendimento de 2011 rubricado pelo governo socialista de José Sócrates, deu-se uma tentativa de reorganização dos serviços postais a nível nacional. Face a esta situação, o PSD de Gavião, sempre lutou pela permanência do posto de CTT na sede do concelho como condição basilar dessa reorganização geral, mas de impacto local, e que, por esse tempo até levou o deputado pelo círculo distrital de Portalegre eleito pelo PSD a fazer várias perguntas em sede de Assembleia da República, pedindo esclarecimentos cabais ainda que o governo fosse da sua cor política. Em junho de 2013, o então presidente da Junta de Freguesia de Gavião, José Pio, atual presidente de câmara em segundo mandato, tomando uma iniciativa de “prevenção” decidiu que a junta de freguesia deveria assumir esses serviços postais por antecipação a uma retirada desse serviço à população. O PSD local, apesar de perceber a atitude, sempre achou que foi deitar a “toalha ao chão antes de tempo”. Ao longo dos últimos 7 anos, tanto na vereação, como na Assembleia de Freguesia de Gavião e Atalaia, onde o PSD tem elementos eleitos houve intervenções sobre falhas no serviço postal. Apesar de ser em 2020 a data fixada para uma renegociação do serviço postal universal, entre o governo português e os CTT, a mesma foi adiada para 2021, por conta da COVID-19. Fez referência a uma notícia no jornal “O Público” de 2 de janeiro de 2021, que referia que “neste momento, ainda há nove municípios sem estações de correio, a maioria no Alentejo: Gavião (que foi a primeira a encerrar, em junho de 2013)”. Questionou, ao atual presidente da câmara de Gavião, se estava ao corrente da situação da reversão do serviço postal, e se havia articulação com o atual presidente de União das Freguesias de Gavião e Atalaia, no sentido de para onde vai a sede desta mesma junta de freguesia. --- Introduzindo o tema Nepotismo, referiu que a Assembleia Nacional Francesa, em julho de 2017, votou a favor de legislação que proíbe a contratação de familiares por ministros e parlamentares. Em julho 2019, a Assembleia da República Portuguesa, aprovou a chamada “Lei dos Primos”, para tentar controlar os danos da imagem governativa, após o caso Familygate, que atordoou a sociedade portuguesa, ao perceber que em março de 2019 o número de relações familiares no governo envolvia um total de 50 pessoas e 20 famílias. Frisou que, em relação a ambas as notícias, nas suas redes sociais sempre fez questão de abordar o tema, dado que na sua opinião pessoal, o nepotismo enquanto assunto genérico, o impele para uma mudança

Paulo Lima
P.

na sociedade, para a sociedade que gostaria de passar aos seus filhos, por isso luta para que estas ideias do passado desapareçam, e haja uma sociedade mais justa e igualitária no acesso às oportunidades. Afirmou que, no dia 12 de janeiro de 2021, recebeu uma SMS do atual presidente do município de conteúdo relativamente enigmático e que referia, citou “como resposta apenas direi que estou perfeitamente tranquilo e seguro da legalidade de todos os procedimentos concursais na Câmara Municipal de Gavião”. Informou que, então, ligou ao senhor presidente que lhe transmitiu que teria recebido uma carta anónima sobre os concursos públicos, e que teria pensado ser ele o emissor. Deixou claro, apesar de já ter passado essa informação ao senhor presidente no decorrer dessa chamada, que não foi o autor da carta anónima. Informou que, também ele recebeu interpelações anónimas e outras menos anónimas sobre as várias contratações decorridas nos últimos meses, seja para o gabinete da arquitetura onde ficou a filha mais nova do senhor presidente, seja para o gabinete de recursos humanos onde ficou o genro do senhor presidente, seja, para o projeto CLDS onde está a filha mais velha do senhor presidente, e mais alguns casos de dirigentes correlacionados a esta autarquia. Afirmou pretender permitir que o senhor presidente pudesse fazer a sua defesa política. Disse que a sua atuação política, face à questão dos recursos humanos, sempre foi algo em que se tentou distanciar ao máximo, deixando a população falar. Declarou que as ameaças de morte que teve na vida por conta da política, no Gavião, já deram para perceber que não deve personalizar a política em pessoas, ainda que ao contrário, muitas vezes tal não se passe, como aliás, a SMS do senhor presidente veio demonstrar, personalizando na sua pessoa a origem do ataque à sua família. Saliu que, se a população está descontente e fala, a culpa não é sua, mas dos atos administrativos que criaram esta situação desconfortável para o senhor presidente, mas também para si que não pôde deixar de trazer aqui o tema, caso contrário estaria a trair os seus princípios. -----

A senhora deputada Sílvia Palma interveio, cumprimentando todos os participantes. Saliu que, por vezes, é difícil separar as águas e não podia deixar de intervir enquanto membro de júri de diversos concursos de pessoal. Sentia-se na obrigação de defender os seus colegas, membros dos respetivos júris, alguns dos quais nem são trabalhadores do Município de Gavião, e a si própria. Assegurou que se tratam de pessoas honestas, de bom caráter e

acima de tudo profissionais. Considerou que se os candidatos são familiares de A, B ou C é normal, porque a câmara municipal é um dos principais empregadores do concelho e, uma vez que foi referido o CLDS, a Santa Casa da Misericórdia de Gavião também. Afirmou não ser difícil encontrar associações de uma forma ou de outra. Sublinhou que esse não é um critério de exclusão, nem nunca foi. Salientou que se sentia tranquila com os resultados concursais, não tendo havido qualquer dúvida das decisões tomadas. Afirmou que essas decisões tiveram como base uma prova escrita, uma entrevista e testes psicotécnicos, realizados por uma entidade externa. Frisou que estes ataques ao senhor presidente não têm qualquer fundamento, já que ele não teve qualquer intervenção nestes procedimentos. Cartas anónimas, telefonemas à comunicação social, queixas e por aí fora, são atitudes que têm vindo a ser praticadas ao longo dos anos e não são mais do que jogadas meramente políticas, jogadas sujas de pessoas que procuram todas as formas de vencer, sem olhar a meios. Deixou ainda a sugestão de, em vez de, efetuarem contactos para denegrir a imagem da atual presidência, fizessem algo de útil pelo concelho. Mas dizer mal é mais fácil, a postura recorrente dos mais fracos. Afirmou orgulhar-se de fazer parte de uma equipa honesta, de bom-senso e com espírito de trabalho em prol do concelho. -----

O senhor presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia, Germano Porfírio, pronunciou-se a propósito da questão dos CTT, referindo que ele e o senhor presidente da câmara estavam articulados sobre o assunto. Salientou que apanhou o processo já em desenvolvimento. Informou que no final de 2020, reuniu com um representante dos CTT, a propósito da reversão do encerramento. A empresa tinha intenção de colocar uma funcionária, que viria de outro concelho, não haveria criação de nenhum posto de trabalho, fariam a migração de Abrantes e não seria sempre a mesma funcionária. Informou que não concordou com a proposta, mas chegou a acordo com a empresa. Mas esse acordo teria de ser ratificado pelo senhor presidente da câmara. Ao contrário do que tinha afirmado o senhor deputado Paulo Matos, o acordo alcançado entre os CTT e o então presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia, José Pio, foi um bom acordo. Por isso tentou manter as condições desse acordo. O referido acordo não foi renovado porque, entretanto, a ANAFRE remeteu um modelo de acordo, que poderia ser utilizado por todas as juntas e que considerou formalmente mais favorável. Salientou

Paulo M.
F.

que, atualmente, a União das Freguesias presta serviço em dois âmbitos, o serviço da junta e o balcão dos CTT. A distribuição postal é um serviço a que a junta é totalmente alheia e aí sim, tem conhecimento de muitas queixas. A única coincidência é a utilização das instalações, que a junta permite, embora não esteja previsto no contrato. Salientou que a junta presta ainda o serviço de pagamento de pensões e entre o dia 1 e o dia 12 de cada mês há um enorme volume financeiro que passa pela entidade. Aliás é uma das poucas entidades que em contexto de pandemia presta esse serviço. Evidenciou a qualidade do serviço prestado, reconhecido pelos CTT, bem como a importância de serem pessoas conhecidas a fazer esse serviço, para dar a estes munícipes a segurança necessária. Havia uma preocupação que o assolava que tinha a ver com a existência de um seguro para os funcionários que fazem os pagamentos, que o anterior contrato não previa. Essa é uma das alterações que consta no contrato negociado pela ANAFRE. Frisou, ainda, que quando se fazem comentários deverá ter-se a consciência do terreno e o senhor deputado Paulo Matos não tem essa consciência. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu as questões colocadas, salientou que a questão relacionada com os CTT já tinha sido respondida por um dos principais intervenientes, o presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia. De seguida deu a palavra ao senhor presidente da câmara para responder às questões que lhe tinham sido colocadas. -----

O senhor presidente da câmara começou por salientar que o senhor deputado Paulo Matos "*não faz tudo mal*". Afirmou que comunga da sua preocupação relativamente à qualidade da água do Rio Tejo. Assegurou que analisaria, em tempo oportuno, a possibilidade de instalar um equipamento que permita a análise da água em tempo real, uma vez que a Praia Fluvial do Alamal é um dos principais focos de atração turística no concelho. -----

Relativamente à habitação social, sublinhou que o senhor deputado tinha dito um conjunto de coisas que não correspondiam à verdade. Afirmou que em 2013, quando entrou na câmara municipal, não havia projeto de habitação social porque o município não tinha imóveis para esse fim. Foi estabelecido um contrato de comodato com a Santa Casa da Misericórdia de Gavião e foi submetida candidatura com condições muito específicas (PAICD – Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas), que continha a identificação dos agregados familiares que seriam alojados nos imóveis e que

Paulo P.
P.

eram famílias de etnia cigana ou famílias que habitavam nas casas pré-fabricadas, do Bairro do Chão da Mina. Infelizmente algumas dessas pessoas faleceram e uma delas saiu do concelho. Apenas três das famílias identificadas foram, efetivamente, alojadas nas novas casas. Posteriormente foi alojada uma pessoa em situação de emergência, identificada pelo Gabinete de Ação Social, que habitava numa propriedade da família do senhor deputado Paulo Matos e que não tinham quaisquer condições de dignidade. Informou que decorria, no momento, concurso para atribuição das restantes 3 casas, a que concorreram 10 famílias, encontrando-se naquela data em fase de audiência de interessados. Informou que tinha sido recebida uma reclamação, que estava a ser analisada pelo gabinete jurídico. Quanto às casas pré-fabricadas, esclareceu que a sua demolição constava no caderno de encargos do PAICD e seria uma empresa especializada e fazê-lo, uma vez que a cobertura das mesmas continha amianto, que teria de ser, obrigatoriamente, depositado em aterro. -----

Quanto ao assunto dos CTT, considerou que foi assinado um excelente acordo. Foram assegurados dois postos de trabalho e o serviço prestado melhorou. Antes de ser formalizado o acordo com a União das Freguesias de Gavião e Atalaia, havia queixas de atendimento impessoal, porque estava sempre a mudar o funcionário que fazia o atendimento. Salientou que o concelho de Gavião é o único, da região, em que o vale da pensão não tem de ser depositado, o que é muito do agrado dos pensionistas. Felicitou o senhor presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia por ter sabido agarrar a oportunidade que permitiu continuar a prestar um bom serviço. -----

Relativamente ao tema do nepotismo, evidenciou que o Município de Gavião não tinha, naquele momento, ao seu serviço nenhum arquiteto. Procurando acautelar os problemas que viessem a surgir, foi aberto concurso para essa área. Felizmente o presidente da câmara tem uma filha que é mestre em arquitetura. Salientou que a sua filha concorreu ao referido concurso, a que concorreram 29 candidatos, e não admite que seja prejudicada. Salientou que a sua filha concorreu, apesar de saber que havia um candidato com vínculo à função pública, que já tinha sido chefe de divisão em outra autarquia e era óbvio que ficaria em primeiro lugar no concurso. Assegurou que levou ao executivo a proposta de abertura do concurso e a partir desse momento não teve mais qualquer participação nesse processo. Frisou que submeteu à



aprovação do executivo municipal uma declaração de impedimento, para este concurso, bem como para o concurso de recursos humanos, a que o seu genro se candidatou. A partir desse momento, toda a responsabilidade passou para os júris dos respetivos concursos. Sublinhou que as referidas declarações foram aprovadas por todo o executivo municipal, incluindo o vereador do partido a que pertence o senhor deputado Paulo Matos. Assegurou que não precisava de defender a sua honra, tal como o senhor deputado sugere e devia retirar a acusação de nepotismo. Informou que o candidato com vínculo estava afastado da prova escrita do concurso de arquitetura e a essa prova faltaram 20 candidatos. Apenas três pessoas tiveram nota positiva e não houve qualquer reclamação. Foi realizada a avaliação psicológica dos candidatos, por uma entidade externa. Dois candidatos obtiveram a classificação de 16 e um candidato 12. O candidato com vínculo realizou a avaliação psicológica em Lisboa. De seguida, houve uma entrevista aos quatro candidatos e no final da entrevista, o candidato com vínculo informou que tinha concorrido a outra autarquia e que iria desistir do concurso do Município de Gavião. Ainda nesse dia remeteu ofício a desistir do concurso. Nessa entrevista houve uma candidata que obteve melhor classificação do que a sua filha. Referiu que o senhor deputado não estava a pôr em causa o presidente da câmara, mas estava a pôr em causa a idoneidade do júri do concurso. Preza-se de ser um homem honrado, com convicções e que defende sempre o concelho de Gavião. Salientou que, nestes concursos, tudo o que diz respeito à câmara municipal tem sido tratado pelo senhor vice-presidente. Considerou que o senhor deputado lhe devia um pedido de desculpas, por o ter acusado de nepotismo. Na política não vale tudo e mais uma vez o senhor deputado tinha-se excedido. Não devia ter revelado o conteúdo de uma mensagem sua, sem antes lhe pedir autorização. Afirmou que o deputado tinha feito uma intervenção "envenenada" e um dia "quando mordesse a língua, morria envenenado". -----

O senhor deputado Paulo Matos confirmou que a sua família acolheu um cidadão, durante uma época, em condições pouco dignas, por solidariedade, porque nunca cobrou qualquer renda ou sequer trabalho, pelo alojamento facultado. Afirmou que lhe custava ver o cidadão naquelas condições e tinha a intenção de construir uma casa de banho naquele local. Afirmou que a atribuição das casas foi bem feita. Salientou que apenas quis levantar a



questão da demolição das casas pré-fabricadas. Quanto ao quarto assunto que introduziu, evidenciou que todos os presentes sabem que ele separa as suas intervenções com títulos. E em momento algum quis acusar o senhor presidente da câmara de nepotismo. Sublinhou que a forma como o senhor presidente terminou a sua intervenção o entristece, porque estava a desejar a sua morte. Referiu ainda que no telefonema que recebeu do senhor presidente lhe tinha dito que não tinha decidido o que fazer com as denúncias anónimas, que recebeu, mas assegurou que não as encaminhou. O principal objetivo da sua intervenção era que ficasse em ata que não teve nada a ver com qualquer denúncia ou encaminhamento para a comunicação social. Considerou que o senhor presidente da câmara lhe devia agradecer por lhe "dar palco" para se poder defender no sítio certo. É triste que qualquer coisa que aconteça, a culpa é do Paulo Matos. É pena porque ao longo do mandato, a esposa do senhor presidente esteve doente e fez questão de lhe desejar as melhoras tal como desejou as melhoras quando o senhor presidente esteve infetado com COVID. O senhor presidente da câmara interveio apenas para salientar que não desejou a morte ao senhor deputado Paulo Matos, ou a qualquer outra pessoa. Muito menos a um jovem, natural do concelho e filho de uma pessoa do seu ano. Foi uma força de expressão e que se usa muitas vezes. Pese embora as divergências e desavenças políticas que tem com o senhor deputado, jamais lhe desejaria a morte, ou algum acidente sequer. Evidenciou que, ao longo do último ano, por diversas vezes, desafiou o senhor deputado para vir à câmara municipal consultar documentos. Sublinhou que preza muito o estatuto de oposição e acha importante ouvir opiniões diferentes. Acredita que o deputado Paulo Matos não tenha feito as denúncias, mas decerto "estará lá o seu dedo". Afirmou estar convicto que, ao longo do tempo, irá melhorar as suas atitudes. Recordou que já tinha havido situações desagradáveis para com o executivo municipal em relação aos concursos. Os documentos estão disponíveis para qualquer auditoria que venha a ser realizada. Afirmou que a Câmara Municipal de Gavião não precisará de ficar mais tempo sem arquiteto. O concurso terá de ter tradução. Recordou que já em sessão anterior tinha referido que os concursos para assistentes técnicos seriam para facilitar a promoção dos funcionários, que tinham habilitações literárias para o efeito e cumpram as restantes exigências legais. Salientou que desde que este executivo tomou posse foram admitidos 42 funcionários. Apenas uma dessas pessoas não

Paulo P.
#

reside no concelho. Prova de preocupação em fixar jovens no concelho. Enalteceu os diversos equipamentos do concelho, um dos melhores núcleos museológicos em Belver, o futuro Museu dos Coches, a Piscina Descoberta, o Parque de Autocaravanas, a Praia do Alamal, um espaço destinado a lazer, mercados e feiras na freguesia de Margem, a piscina para adultos na Ribeira da Venda e inúmeros outros melhoramentos realizados ou a realizar em todo o concelho. Manifestou a sua tristeza por, com tanta coisa boa, se perca tempo a divulgar “fake news”. Pediu prudência com o que se transmite nas redes sociais. Enquanto líder do concelho, pai de família e avô pediu para trabalharmos todos em prol do concelho. -----

O senhor deputado Paulo Matos confirmou que foi convidado pelo senhor presidente da câmara para consultar diversos documentos. Referiu que ainda não tinha aceitado o convite porque reside num concelho de risco elevado de COVID-19. -----


Não se registando mais qualquer intervenção, o senhor presidente da assembleia deu a palavra ao público que se encontrava a assistir à sessão realizada por via digital, salientando que mais uma vez se fazia história, possibilitando a intervenção através de zoom. -----

O senhor Filipe Tibúrcio começou por cumprimentar todos os participantes. Sugeriu que a jurista do município estivesse presente nas sessões da assembleia municipal, uma vez que ouviu algumas imprecisões jurídicas. Salientou que existe uma reforma administrativa de poder central, que acontecerá em forma de descentralização ou regionalização, suportada pela União Europeia que monitoriza de forma apertada os fundos estruturais para reformas a que obriga os estados-membros. Referiu que ele próprio já trabalhou no Banco Santander e não tem dúvidas que o encerramento acontecerá. Quanto ao assunto dos CTT, referiu que não houve uma reativação, mas um complemento. Questionou que futuro terá o concelho de Gavião. Frisou que os dados da PORDATA referem a perda de população no concelho, que se encontra numa situação desfavorável, apesar das boas condições naturais que detém. Transmitiu que já lhe tinham perguntado se o concelho era bom para estar em teletrabalho. Sublinhou que o executivo deve agir para robustecer o concelho. -----

O senhor presidente da câmara afirmou que a intervenção do senhor Filipe Tibúrcio é a preocupação de todos os gavionenses. Salientou que, ao longo


dos anos, o município tem tido a preocupação de criar incentivos à fixação. Exemplos disso são a devolução dos 5% do IRS, os loteamentos industriais, lotes para construção de habitação a custos reduzidos. Sublinhou que o Núcleo de Empresas poderá criar boas condições para o exercício do teletrabalho. Afirmou acreditar que quando a pandemia passar, haverá a tendência de regressar ao litoral. Considerou a intervenção oportuna e assegurou que tudo fará para colocar o concelho de Gavião no mapa da modernidade. -----
Verificando-se que não havia mais nenhum membro do público com intenção de participar, o senhor presidente agradeceu a participação, desejou muita saúde para todos e declarou encerrada a sessão, eram dezanove horas, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade no final da sessão e que vai ser assinada pelo presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, primeira secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O presidente da assembleia municipal



(Prof. Paulo Manuel Alfaiate Pires)

A primeira-secretária



(Isabel Maria Dias Martins)